



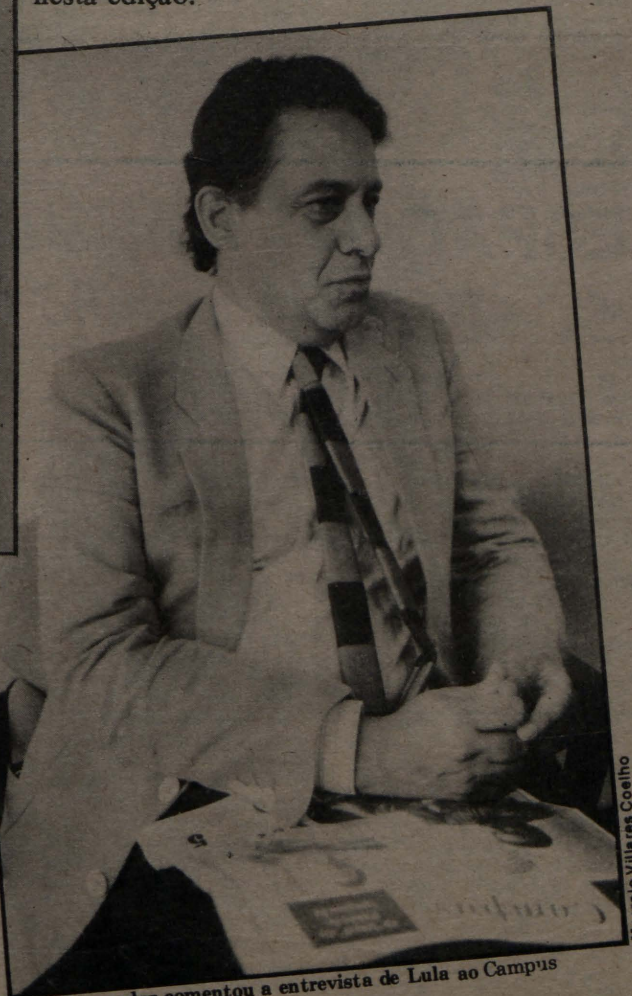
Isolado, escuro por dentro e por fora, o CO quer ser levado a sério

Fernando Henrique, os estudantes e a política. Págs. 6 e 7

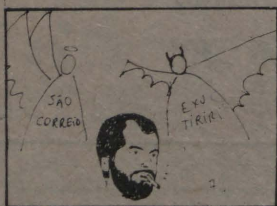
Em entrevista ao *Campus*, o senador Fernando Henrique Cardoso disse que a participação do estudante na política nacional já não possui a mesma força de antes, porque, hoje, as classes populares possuem seu próprio canal de reivindicação. O senador condenou o sectarismo na política partidária.

Alojamento? Veja na pág. 4 o que é o CO.

Isolado fisicamente da Universidade, discriminado até pelos colegas mais privilegiados economicamente, longe da família e convivendo obrigatoriamente com pessoas das mais diversas origens, o morador do CO se parece muito com o primo pobre numa UnB elitista. O que é o polêmico CO? Quem são seus moradores? Que pressões sofrem? Como reagem? Um psicanalista e um psicólogo falam sobre o discutido alojamento nesta edição.



O senador comentou a entrevista de Lula ao *Campus*



Sincretismo à brasileira

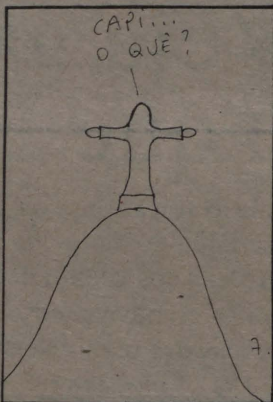
É o Magnum? É o Colt Silver? Não, é o Mário Eugênio que anda conquistando glórias na profissão. Na última segunda-feira o Correio Brasileiro dedicou a ele uma página inteira, destacando sua "personalidade forte" e o destemor com que ataca injustiças, sejam de bandidos ou de "mocinhos". Ele consegue "amansar a cabreirice" de perigosos assaltantes e anda por aí fugindo de ameaças como os mais autênticos heróis de enlatados norte-americanos e é o "terror dos marginais de Brasília."

É protegido de Exu Tiriri e tem o aval do Correio para continuar com suas "diabrilhas". Sem dúvida dois santos fortíssimos protegem Mário Eugênio. (Ilara Viotti)

"Capiroca" e urubu

Atuação! Anote essa porque nem no famoso "Aurelião" você encontrará a tradução. Trata-se do termo **capiroca** pronunciado por um dos apresentadores do programa **Brasília-Urgente**, ao vivo. Mas, o que será isso? Perguntará o leitor. Uma nova derivação da caipirinha? Ou, quem sabe uma nova forma de definir o caipira? Ou, ainda, um modo diferente de chamar certo nome, que sem certo prefixo torna-se impubescível? Bem, não é nada disso. O termo é criação do

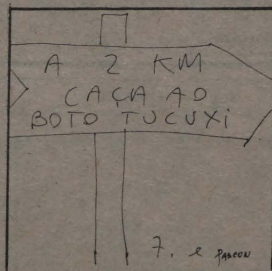
polivalente Álvaro Valle, que ao apresentar o cantor Elias Silva no programa **Brasília-Urgente** declarou: «Com vocês o capiroca Elias Silva, metade capixaba, metade carioca, uma mistura dos dois». Depois dessa apresentação sui generis, Elias Silva pegou do microfone e mandou a sua música. Aliás, bem sugestiva para o momento: "Isto é praga de urubu/ Todo negócio que eu faço só leva calote, só tomo prejuízo". Realmente, chamar o moço de capiroca, só sendo mesmo praga de urubu. (James Gama)



"Bwana" Mestrinho

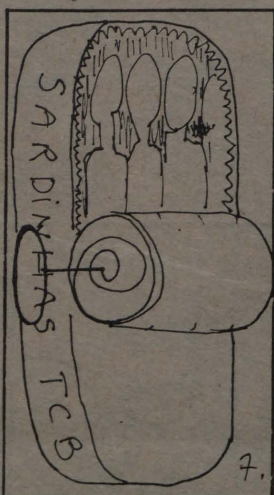
Que tal realizar um safari na Amazônia? Se você gosta de caçar, o governo do Amazonas apoiará sua iniciativa: afinal ecologia segundo o governador Gilberto Mestrinho só é moda em Ipanema, longe daquelas paragens. É só ir lá, contratar os serviços de alguma tribo de nativos, e no velho estilo hollywoodiano de Tarzan, realizar o seu sonho. Você só terá que ter cuidado com a concorrência pois pode ser que encontre por lá algum caboclo caçando pelo simples prazer de matar a fome. Aliás, se alguém souber onde o Noé escondeu a arca tente desenterrar e

apareça lá para recolher um exemplarzinho de cada espécie para guardar de lembrança para a posteridade. Afinal, se a coisa virar moda, vai ter até fila. (Pascon).



E "nóis", seu Ornellas?

Se você mora no Lago Sul ou Plano Piloto e tem carro, por certo não vai poder cair de pau com tanta

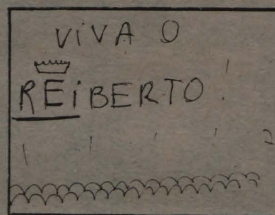


gana em cima do tão propagado Plano de Melhoria do Transporte do DF, meta da administração José Ornellas. Mas se mora nas satélites e

tem de descer todo dia espremido, enlatado, para o trabalho ou estudo, aí sim, você fica furioso. Não há de ver que falam, falam e o tal plano não muda substancialmente nada? Por outro lado, as passagens vão aumentando medonhamente, mais e mais. Já vem aí o novo aumento para o fim deste mês ou começo do outro. Por certo, a vigiar num sábado de manhã. Há muito boato em cima das irregularidades nas concessões às duas empresas que monopolizam o transporte coletivo do DF, mas não se prova nada contra, ou porque não se pode ou não se quer. E nós aqui? Como é que ficamos? (William Santiago)

Mais um casuísmo

Observa-se nova investida no regime com fins a manutenção do poder em janeiro de 1985: além da pseudocoordenação sucessória que o PDS outorgou ao Presidente Figueiredo, que não visa outra coisa senão a garantia da vitória do candidato que o Planalto indicará, este mesmo partido tenciona agora transformar o voto dos convenções do PDS de secreto para "voto em aberto". Não é de se estranhar tal iniciativa, pois na verdade, desde a implantação do voto vinculado em maio de 82 o regime procura a todo pano preservar a maioria dos 964 votos do Congresso. Por enquanto eleição direta para presidência é antidemocrática e pura intriga da oposição. (Marcelo Gonçalves Vieira)



Realeza pouca é bobagem

Não bastasse uma visita real, Brasília recebeu duas esta semana.

O "rei" Roberto Carlos não vem tratar de assuntos econômicos ou políticos, mas nem por isso se faz menos importante. Veio trazendo "emoções" no Boeing fretado à Vasp, devidamente pintado para que fosse reconhecido de longe pelos fãs. No Nikkey Hotel, onde ocupou a suíte presidencial (que tal ser chamada de suíte real?), exigiu que se mudasse toda a decoração originalmente em verde, para bege, tons bem pastéis. O rei, sem dúvida, cansou de sua fase ecológica e parte para uma fase ostensivamente emocional (devemos dizer temperamental?).

E, já não há crises como antigamente. Sua Majestade mandou trocar tudo no hotel para passar só uma noite, dar uma olhadinha (emocionada) pela janela e se mandar para Belém, onde sua nova fase renderá mais algumas excêntridades, dignas de um verdadeiro rei. (Ilara Viotti).

Vencendo a resistência

Muitas vezes a resistência da fonte de informação coloca o repórter em maus lençóis, já que uma pauta tem que ser cumprida e o tempo não permite que outras informações sejam tomadas. E para isso, muitas vezes um repórter tem que usar de estratégias interessantes. Com a intensa movimentação dos meios diplomáticos devido à visita do Rei Juan Carlos, da Espanha, muitas embaixadas não tinham tempo para dar entrevistas que já são difíceis em condições normais de temperatura e pressão.

E nesses momentos é que a importância da imprensa se mostra. Um dos nossos repórteres, vendo que um determinado embaixador estava com resistência em atendê-lo disparou a última carga: "Mas eu já peguei o depoimento de tal país. Vocês não vão contra-argumentar?" A pergunta fez com que dentro da embaixada se armasse um verdadeiro alvoroço para que houvesse oportunidade de resposta. (James Allen)

ESPAÇO

A triste estrada que leva ao CO. Os que estavam na redação durante o fechamento da última edição exultaram com o achado. Era, no entanto, muito mais que um ótimo título de matéria. Achávamos, naquele instante, a definição para um problema vivido dentro da nossa universidade. Um aflitivo problema, diga-se aqui. Essa imagem de tristeza que acompanha o alojamento estudantil da UnB é o resultado de uma história de desatenção e até de intolerância.

A impressão que se tem é que o alojamento sempre foi um fardo incômodo para a administração da UnB. Não se explica de outra forma a manutenção, nas atuais condições, de dois edifícios de apartamentos, localizados no Centro Olímpico do campus. Manter moradias estudantis em funcionamento exige muito mais que pagar as contas de água e luz ou colocar vigilantes para controlar a entrada de pessoas. Isso é o mínimo indispensável, nada mais.

É necessário, antes de tudo, criar um clima de compreensão entre moradores e entre moradores e a burocracia da

Caminho tortuoso

Nelson Luiz*

universidade. Isso tornaria mais ameno o dia-a-dia de quem mora longe de casa e afastado, ainda, da vida da cidade onde se encontra. É preciso construir uma vida própria no alojamento, facilitando os laços de amizade e companheirismo, indispensáveis em qualquer relacionamento humano.

O que foi feito até hoje nesse sentido? Não se têm muitas notícias. O CO, como constatou a reportagem do Campus, vive uma rotina tediosa. Deficiências de transporte, falta de cantina, carência de lazer, culminando com o fato de o estudante ter de esquentar marmitta aos domingos, por falta de outra opção. Triste. Isso, porém, não é tudo.

A Diretoria de Assuntos Comunitários, órgão responsável pela manutenção dos apartamentos, elaborou um documento que merece até ser estudado. Não é o caso aqui. Mas não se pode deixar, de analisar os conceitos e preconceitos ali embutidos. Por

exemplo: acusar a existência de homossexualismo e consumo de drogas não resolve nada. Tampouco resolverá intensificar e aperfeiçoar os meios para reprimi-los. A simples divulgação do documento, preparado para a Reitoria, entre os ocupantes, conseguiu tão somente desagregá-los. Esvaziaram-se os trabalhos para tornar ativa uma associação de moradores.

Quando há pessoas preocupadas em melhorar o local onde vivem deve-se, acima de tudo, deixá-las trabalhar, e como obrigação complementar, ajudá-las no que for possível. Ainda mais sendo tais pessoas estudantes de uma instituição de ensino superior — local, por princípio, de experiências novas e enriquecedoras. Esta coluna não tem como objetivo, deve ficar claro, defender o homossexualismo ou o consumo de drogas. Antes, quer deixar as preferências tóxicas e sexuais dos residentes no CO na responsabilidade deles próprios.

Mas é que o documento avança em teorias no mínimo descabidas, para não dizer perigosas. Ele relaciona o consumo de drogas a práticas homossexuais. Muito duvidoso. Denota, finalmente, o que pensa a universidade sobre os que vivem no CO. Que eles são marginais. Tratando-os nesse nível, reduz o alojamento de sua dimensão social encarándo-o sob um prisma policial.

Mais eficaz do que clamar por uma moralização (e a moral é um conceito que tem-se modificado profundamente nos últimos anos) seria humanizar o funcionamento do CO. Abrindo, inclusive, mais vagas, pois a disputa por elas só faz piorar tudo. Resta saber, por fim, se é desejo da administração manter o alojamento funcionando (?). Pelo jeito não é. De todo modo, há vários exemplos de alojamentos no exterior que poderiam ser examinados. Não se trata de copiar modelos importados, mas imitar sua seriedade não nos faria mal.

* Nelson Luiz é aluno do Departamento de Comunicação e Editor de UnB do Campus

Campus

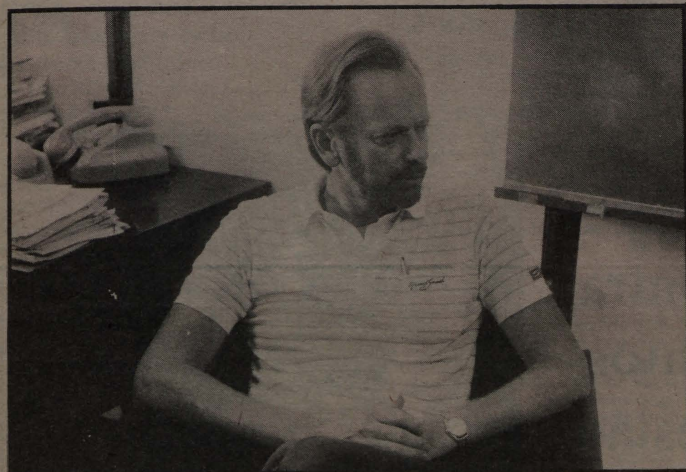
Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-Chefe: Prof. Murilo Cesar Ramos. **Chefe de Reportagem:** Prof. Carlos Augusto Setti. **Editoria de Fotografia:** Prof.ª Luiza Venturelli. **Editores:** Nelson Luiz (UnB), Eugênia Maria (Comunidade), James Gama (Nacional), James Allen (Internacional e Ciência), Maria Luiza (Cultura), Sandra Tibana (Fotografia).

Redação: Cristiana Gutemberg, Humberto Martins, Idelson Alan, Ieda Prestes, Ilara Viotti, Jânio Carlos, Luciene Rosa de Assis, Luiz Roberto Nader, Luiza Modesto, Marcelo Vieira, Marcelo Villares Coelho, Márcia Suene, Paulenir Constância, Pedro Sérgio Coe, Rosalina Rocha Machado, Sandra Fernandes, Sheila Perru, William Santiago.

Diagramação: Tereza Garcia/JBR. **Supervisão:** Prof. Milton Ribeiro. **Ilustrações:** Setti.

Editora da UnB



Charles Curt Muller: "A Editora não deve voltar as costas ao professor"



Cardim, Presidente do Conselho Editorial: "Deve-se evitar o paroquialismo".

Muitos títulos e muitas dúvidas

Apologias e críticas para uma mesma instituição: A Editora da UnB. «A nossa editora é a 5ª no País em lançamento de novos títulos». «Ela deveria estar voltada para os interesses da comunidade, publicando teses e outros tipos de produção literária geradas dentro do estabelecimento a que ela pertence». «Deve-se evitar o paroquialismo». «Entre 800 pessoas bem qualificadas deve haver muita coisa boa a ser publicada». «Tenho provas de editoras de outras universidades com um nível editorial péssimo, pois publicam até livrinhos de poesia de professores». «Há um déficit orçamentário enorme». «É normal para um investimento recente». «Em 1985 ela deverá estar atingindo seu equilíbrio».

A Editora foi criada em 1962, ao mesmo tempo que a Fundação Universidade de Brasília. De acordo com o 1º Plano Orientador da Universidade, a Editora teria por objetivo «traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino superior, além de editar a produção científica e literária da própria universidade».

Foi a partir de 1978, no entanto, quando até então haviam sido publicados apenas 118 títulos, que a sua produção tomou ritmo acelerado, atingindo no ano passado a marca de 400 títulos e estando prevista para este ano a publicação de mais 200. Data dessa época a redefinição da política editorial, como expõe o professor Carlos Henrique Cardim, presidente do Conselho Editorial, responsável pelos novos rumos da Editora. «A ênfase agora é para autores brasileiros na área de Sociologia e História e para os clássicos do pensamento

universal; publicação de coleções e diversificação dos canais de distribuição do livro». Essa linha editorial tem rendido à editora alguns prêmios na área de marketing e severas críticas por parte de membros da comunidade acadêmica.

CRÍTICAS

A crítica mais frequente é feita em torno da preferência pelos autores liberais-conservadores, tidos como matrizes do pensamento político universal pela editoria da instituição. Diz-se também que a valorização dessas obras está vindo de fora, porque esses textos fazem parte de outras realidades, tornando difícil a sua compreensão, principalmente se comparados com realidades mais próximas.

O professor Oneyr Baranda, do Departamento de História, declara nunca ter adotado um livro da Editora e que não escolheria, por exemplo, Alexis de Tocqueville, para estudar a Revolução Francesa, pois prefere que os alunos tenham contato com o assunto através das pesquisas de história econômica. «Tem-se editado livros importantes, mas que não estão no nosso dia-a-dia. A Editora está divorciada da Universidade», afirma o professor. E acrescenta: «A coleção Biblioteca Básica Brasileira é uma iniciativa louvável, no mais a Editora tem-se mantido quase sempre distante da nossa comunidade».

Para o professor Charles Curt Muller, Chefe do Departamento de Economia, a Editora é muito dinâmica, «deixa pra trás até mesmo a da USP, pois publica mais e com maior rapidez». Sendo assim, para ele, a Editora da UnB deveria voltar-se também para a Universidade e não virar-lhe as costas. «Não sou a favor de se publicar exclusivamente tra-

balho de professores, mas ir ao extremo nessa questão é um erro».

A linha do Departamento de Economia não é a aceita pela Editora, já que não publica seus livros, diz o professor Cristovan Buarque. Muller reforça essa crítica, dizendo que o Conselho Editorial não tem especialistas em Economia e pergunta: «Como esse Conselho pode dizer se um determinado livro é ou não importante para ser publicado, se

não entende do assunto?» No ano passado o professor Muller consultou a Editora para saber se havia interesse em se publicar os «Anais do Seminário Internacional sobre a Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente

na América Latina», organizado pelo Departamento de Economia, CNPq e CEPAL. A UnB recusou. Os anais acabaram sendo publicados por uma editora da Espanha que se interessou pelo assunto.

DESALIAENAÇÃO

O que se nota entre muitos professores é um grande desejo de participação e decisão em relação à Editora. O professor Cristovan Buarque propõe até mesmo que seja eleito, «talvez pela ADUnB», um membro do corpo docente para participar do Conselho Editorial como na Comissão de Enquadramento. Para o professor talvez fosse essa a maneira de resolver o problema de integração entre a Editora e a Universidade como um todo.

Há outros que pensam numa Editora engajada na luta pela desalienação, através de uma linha editorial que prestigie nossos valores culturais mais próximos, na direção oposta dos meios de comunicação de massa. Seria o caso da poetisa Cora Coralina, residente em Goiás Velho, que poderia ter seu trabalho mais conhecido se houvesse quem melhor o editasse.

No eixo Rio-São Paulo se concentra o consumo de 75% da produção de livros no País. Uma editora que surge no Centro-Oeste brasileiro com métodos inovadores para distribuição de seus produtos (utilizando a rede bancária para pedidos e a criação de um Clube do Livro) acalenta os sonhos de muitos que imaginam ver a produção — do conhecimento inclusive — mais descentralizada e os canais de divulgação mais acessíveis.

A Editora da UnB se insere nesse contexto.

OPÇÃO

Para este ano a Editora terá publicado entre seus 200 títulos, «A Sociologia dos Partidos Políticos» de R. Michels, «O Mar-

quês de Pombal» de Teixeira Soares, três volumes de obras políticas de Miguel Reale, «Castello Branco» de Foster Dules, «Seminário João Mangabeira» organizado por Josaphat Marinho, e as reedições de «Teoria Política Grega» de Ernest Parker e «Análise das Relações Internacionais» de Karl Deutsch.

A «Guerra do Peloponeso», de Tucídides, escrita 400 anos antes de Cristo e considerada a primeira grande história registrada e «Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio» (3º volume) de Maquiavel, estarão entre as publicações mais importantes desse ano e consideradas pelo professor Cardim como obras básicas para a formação de alunos de 3º Grau que, segundo ele, «têm muita opinião e pouca convicção».

«Por uma linha a Editora tem que optar», acrescenta o professor Baranda. Opção delicada, certamente, onde cabe uma reflexão ampla. Reflexão que talvez pudesse começar pela análise dos modelos de pensamento e suas influências na sociedade, envolvendo todo o conjunto da UnB. (Pedro Sérgio Coe e Rosalina Machado).

A Editora é muito dinâmica, deixa para trás até a da USP. Mas ela deveria voltar-se mais para a Universidade. Não sou a favor de se publicar exclusivamente professores, mas ir ao extremo nessa questão é um erro (Muller)

RESENHA

Literatura

O Departamento de Letras e Linguística da UnB, realiza, de 31 de maio a 30 de junho, das 19 às 21 horas, o curso Literatura Portuguesa: de Caminha a Fernando Pessoa. A promoção é aberta a todos os interessados, que devem fazer as inscrições na DAA, de 10 a 30 de maio. Estudantes pagam 300 cruzeiros; outros participantes, 600 cruzeiros.

Pintura

Os 25 anos da Fase do Pequeno Arquiteto é um conjunto de pinturas que o artista plástico Milton Ribeiro estará expondo a partir do dia 26 de maio na Galeria Oswaldo Goeldi. Milton é formado pela Escola Nacional de Belas Artes da UFRJ e atualmente é professor do Departamento de Comunicação da UnB, onde leciona Paginação, Revisão e Técnicas de Editoração. Esta exposição mostra um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 1958, onde se destacam as formas geométricas e o contraste das cores, e ficará aberta até o dia 13 de junho. A Galeria Oswaldo Goeldi fica no Setor de Divulgação Cultural, atrás da Torre de Televisão.

Teleducação

A Frente Cultural de Brasília e o Diretório Central dos Estudantes da UnB promovem, nos dias 19 e 20 de maio, o Seminário A Teleducação no Brasil - Problemas e Perspectivas. Os debates serão realizados no Anfiteatro 8 do "minhocão" da UnB e terão início sempre às 20 h. No dia 19, quinta-feira, estarão presentes a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e o jornalista Nilson Lage, para discutir a participação do Estado e da iniciativa privada na produção da teleducação, o Projeto Global de Teleducação e a participação da UnB neste projeto. No dia 20, sexta-feira, será discutida a teleducação no Brasil, no ponto de vista pedagógico, a experiência brasileira no ensino de 1º e 2º graus via televisão e rádio, e as perspectivas para o ensino superior nesta área. Neste debate estarão presentes os professores Elicio Pontes, da Faculdade de Educação, e Ubirajara da Silva, do Departamento de Comunicação.

Carajás

Carajás é uma palavra tupi que significa inimigo. Carajás é o maior projeto mineral brasileiro e tem causado, entre outras coisas, a morte e desagregação indígena, prostituição de jovens acima de 13 anos, alta mortalidade infantil, subemprego, desmatamento e poluição. A população que vive às margens de Carajás, nos rios e nas estradas, é portadora de malária em níveis assustadores. Este é o sonho Carajás, apresentado na XI Semana de Geologia da UnB, realizada de 2 a 6 de maio e que contou com a participação de políticos, cientistas, professores e estudantes. Durante a Semana foram discutidos, além do Projeto Carajás, a questão nuclear, a universidade e o mercado de trabalho para os geólogos. Foram oferecidos também cursos de extensão para os interessados na área de Geologia.

Expoarte 8

A Expoarte 8 está aí. Dia 23 de maio ela será aberta com uma exposição no ateliê da Arquitetura, dando início à programação que abrange as áreas de pintura, desenho, colagem, gravura, xilogravura, colagem, pirogravura, silkscreen, escultura, origami e literatura, além de música, teatro, dança, áudio-visual e cinema. A iniciativa de promover a Expoarte 8 é do CA da Arquitetura e Urbanismo e conta com o apoio do DCE-Livre da UnB, CACISSO, CA da Comunicação, CA da HISTÓRIA e CA da Agro-Flor. Repetindo a proposta do ano passado, o evento será aberto a toda comunidade brasileira.

N a edição passada, o Campus levou a público um documento da DAC, endereçado ao Decanato de Assuntos Comunitários, no qual havia denúncias de homossexualismo, consumo de drogas, moradia clandestina, indisciplina e agressões físicas entre os moradores do alojamento estudantil da UnB. Convencido da superficialidade do documento e convicto da necessidade de se estudar seriamente a questão, o Campus procurou ouvir o maior número possível de pessoas. Infelizmente, a Administração, através da DAC, foi procurada mas não encontrou tempo e, até agora, não se conseguiu ouvi-la.

O CO é um problema antigo. Tendo em vista a gama de preconceitos e tabus que recaem sobre ele, isolado, carente e discriminado até pela parcela mais privilegiada do estudantado, o CO esteve sempre no centro de alguma reivindicação dos estudantes ou na mira de sanções administrativas.

Psicólogos contra o confinamento: o CO em questão

Na opinião do psicanalista Richard Bucher, coordenador da Clínica do Departamento de Psicologia da UnB, o alojamento estudantil do CO não difere muito de um gueto e não é de se estranhar as denúncias de agressões físicas entre moradores, pois «a convivência intensa só pode gerar conflitos intensos». Bucher, que, inclusive, já tratou de casos graves de moradores, compara as condições de confinamento ali existentes às do meio militar ou de colégio interno, propondo a autogestão como primeiro passo para solução dos problemas do alojamento.

A proposta de autogestão pode soar por demais avançada para quem como a DAC, encarregada da administração, trata tão autoritária e paternalisticamente os residentes, como ficou explícito na reportagem veiculada pelo Campus na última edição. Enquanto isso, nota-se timidez e incompetência entre as lideranças do CO, pois a etapa elementar para uma eventual autogestão ainda não foi vencida: a formação da associação de moradores.

Dado o passo inicial, muitas antigas — e não atendidas — reivindicações da comunidade «ceolina» poderiam ser colocadas com maiores possibilidades de êxito. Na opinião do psicólogo Mardônio Rique Dias, do Departamento de Psicologia da UnB, a inadequação do alojamento é óbvia e sugere a criação de uma comissão composta de especialistas de diversas áreas dentro da UnB, com o apoio da administração, para se elaborar um projeto capaz de mudar radicalmente o CO e transformá-lo em um verdadeiro alojamento estudantil. Desde já, sugere que se crie um Centro de Vivência, com cinema; que se amplie o horário de funcionamento da área de esportes aos sábados e domingos; que se ilumine decentemente o caminho para o Campus e se resolva definitivamente o problema do transporte.

«Como está, a situação geral dos moradores é estressante», afirma o professor Dias. «Leva à ansiedade, depressão e aumento da agressividade, prejudicando, forçosamente, o rendimento acadêmico», acrescenta. E

compara as condições de vida dos «ceolinos» às de instituições presidiárias e hospitais psiquiátricos, favorecendo o aparecimento de problemas como o das drogas e indisciplina.

Em países europeus, como Dinamarca e Suécia, as moradias de estudantes são bem diferentes das nossas. Lá existem edifícios com quartos e banheiros individuais, sala de visitas, oficina, refeitório e cozinha coletivos. (William Santiago).



Confinamento e falta de lazer. O ambiente mais apropriado para o stress, e a agressividade

Novos rumos para a Comunicação

Desde a quinta-feira, dia 12 de maio, o Centro Acadêmico do Departamento de Comunicação tem nova diretoria. Ela foi eleita numa campanha muito animada, em que duas chapas formais, Novos Rumos e 1 x 1 E Sempre Mais Que Dois, e uma informal, Frangos em Delírio, batalharam cerca de 250 votos dos estudantes de comunicação: Novos Rumos levou a melhor.

Debates acalorados movimentaram o Departamento, que há muito não tinha a eleição para o seu CA disputada por mais de uma chapa. Nos últimos anos ela sempre se deu através de chapa única. Novos Rumos teve 77 votos; 1 x 1 E Sempre Mais Que Dois, 72 e a divertida Frangos em Delírio obteve expressivos 15 votos. Houve um único voto nulo e quatro em branco. Ao todo 169 votos

legitimam a nova diretoria, em cuja composição não existe o cargo de presidente.

Beto é o diretor de Assuntos Acadêmicos; Rejane, de Relações Públicas; Marcelo, de Imprensa; William, de Esporte; Benê, para Arte e Cultura; Carolina, de Finanças e Ceci, de Promoção Social. De acordo com Rejane, Relações Públicas, «É necessário que o estudante questione o papel do comunicador perante a sociedade a que serve. Para isso, pretendemos trazer a discussão dos grandes problemas nacionais para dentro do Departamento».

REIVINDICAÇÕES

A nova diretoria quer que o curso de Comunicação da UnB volte a respirar o «ar da efervescência criadora, que se espera de uma ins-

tuição verdadeiramente científica». Rejane acha que a «ânsia do estudante para sair da Universidade» é reflexo da má qualidade do ensino aqui ministrado. «Vamos fazer bastante promoções culturais para que o aluno se sinta capaz de discutir os problemas da universidade».

Eleita, Novos Rumos tem como uma das reivindicações prioritárias a contratação de mais professores de dedicação exclusiva. Para a diretoria foram feitos muitos levantamentos, mas nunca se levou uma campanha concreta. Outra reivindicação importante é a Rádio Universitária e o reconhecimento do curso de Áudio-Visual pelo MEC, além da instalação de estúdios de rádio e TV e do laboratório fotográfico no subsolo no Departamento (Nelson Luiz).

A recente paralisação dos faxineiros serviu para alertar quanto a forma de

contratação indireta a que eles são submetidos, responsável maior pelas baixas condições de vida predominantes nesta área. Em sua maioria, são camponeses nordestinos à procura de um lugar ao Sul. Uma das soluções para o problema seria a fixação do homem no campo. Mas esta, pelo menos no momento, é inviável: lá, além de não serem proprietários da terra, não há garantia de sustento. Assim, persiste o impasse: no campo não há esperança, na cidade não tem futuro.

Empresas de locação de mão-de-obra fazem os bóias frias da burocracia

Preocupado com o excesso de funcionários do serviço público, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 200, de 1967, desobrigou as repartições públicas da contratação direta de funcionários para realização de serviços de conservação e limpeza, além de vigilância e algumas atividades técnicas. O que se vê hoje, 16 anos depois, são 40 mil empregados em empresas de locação de serviços tratados com indiferença pelos empregadores e pela legislação que, em tese, deveria garantir seus direitos trabalhistas.

Segundo informações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), são dezenas de empresas que, notadamente a partir de 1974, passaram a intermediar serviços a uma vasta clientela. Além de empresas públicas, atualmente

fazem uso do sistema bancos, condomínios, embaixadas e escritórios de grandes empresas. Os contratos isentam o locatário de qualquer responsabilidade trabalhista, ficando estas a cargo da locadora, que nem sempre as cumpre.

MOVIMENTO

Os três primeiros dias de maio marcaram um fato inédito em Brasília. O Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do DF organizou um movimento de advertência, paralisando o trabalho com o objetivo de conseguir, junto aos patrões, o direito de discutir sua situação que, segundo o presidente José Machado Filho, vem se tornando crítica. Francisco Domingos dos Santos,

presidente da Associação dos Vigilantes do DF, argumenta que grande parte dos cargos de direção dessas empresas são ocupados por militares reformados, «o que vem reforçar o caráter autoritário do tratamento que os funcionários recebem».

É longa a lista de reivindicações dos trabalhadores. Para ambas as categorias falta segurança no trabalho, não há o menor respeito pelos atestados médicos fornecidos pela Fundação Hospitalar (são simplesmente «cortados» pelos médicos das empresas) e os dias de licença gozados pelos funcionários muitas vezes têm de ser repostos no período de férias.

O sindicato patronal da categoria, na pessoa de seu presidente, Eunício Oliveira, nega todas as afirmações dos empregados, ar-

gumentando que as empresas são de grande utilidade para os setores que delas fazem uso. «Se não fossemos nós, como estaria a mão-de-obra não qualificada?»

A resposta poderia vir na forma de outra pergunta: há necessidade de que se recorra às empresas de locação de serviços? Por que o governo não regulamenta esta situação que vem causando mais problemas ao já sacrificado trabalhador sem qualificação? É tempo de reconsiderar a questão, que já conta com o interesse de vários setores da sociedade, inclusive de parlamentares do próprio PDS, como o Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), para quem estas empresas seriam distorções da lei que precisam ser corrigidas. (Ilara Viotti)

Trabalhador sofre na cidade e no campo

«É um verdadeiro milagre conseguir nos dias de hoje sobreviver com um salário que mal dá pro arroz e feijão», desabafa João de Deus, vigilante da firma Confederal desde 1981. João, que nasceu no Maranhão, garante ser um sacrifício sustentar a mulher e os dois filhos. Só em transportes, metade do seu ordenado vai embora. Parachegara o trabalho na agência da Caixa Econômica do Aeroporto, tem que pegar três ônibus. «É duro ser vigilante. Os patrões têm casa no Lago às nossas custas, que somos sempre sugados e explorados ganhando essamiséria».

Não é diferente a situação de Manoel Martins de Souza, também empregado da Confederal. «Ser vigilante é sofrer 12 horas por dia, pois a gente tem que ficar o tempo todo em pé». Manoel, que é natural de Miracema, em Goiás, acha que a situação do vigilante melhoraria caso a contratação fosse feita diretamente pelo órgão em que trabalha, sem intermediários. Porém diz que isso dificilmente ocorrerá pois, segundo ele, existem pessoas interessadas, que lucram com essa situação.

Tal pensamento é compartilhado por Luís Carlos de Brito, vigilante no Ministério da Educação e Cultura há um ano e meio. Ganhando 60 mil cruzeiros mensais, acha que se fosse contratado pelo MEC ganharia mais, e assim «trabalharia com

mais gosto». Segundo ele, a empresa leva vantagem. Paga pouco por um serviço cansativo, sem direito a feriados e fins de semana. Isso sem contar a instabilidade da profissão. «Se a firma em que a gente trabalha perde a concorrência, quase sempre ficamos no olho da rua».

NO CAMPO

Se pelo lado dos vigilantes, que são trabalhadores urbanos a coisa não vai bem, também é crítica a situação de alguns trabalhadores rurais que vivem nas proximidades de Brasília. Ilauro Mendes Pereira trabalha no Núcleo Rural de Vargem Bonita, plantando alface, cenoura, batatas e até morangos. Pai de oito filhos, a situação de Ilauro é a mesma da maioria dos que ganham salário mínimo. «Imagina se eu tivesse que pagar aluguel?» Ele mora em um barraco cedido pelo proprietário da chácara. «Mas não compensa não, pago caro com isso pois trabalho que nem doido, feriado, domingo, sem nenhum pagamento extra. Não é mole não». O Campus encontrou também trabalhando no domingo, Manoel Basílio da Silva, plantando e colhendo temperos, dos quais metade fica com ele, que procura vender e juntar aos 22 mil cruzeiros que recebe da aposentadoria por invalidez, e que, bem ou mal ajudam a criar seus 12 filhos menores. (Márcia Suyene)



Ilauro Mendes Pereira: pai de oito filhos, camponês, ganha salário mínimo. E se tivesse que pagar aluguel?

A difícil vida na Vargem Bonita

Vargem Bonita não é bonita. Dificuldade em se conseguir água, insuficiência de transportes, tarefas árduas de limpar, capinar, semear e colher, formam um quadro pouco atraente da vida naquele núcleo rural, localizado aproximadamente 20 quilômetros do Plano Piloto. Talvez por esta razão, os camponeses de lá não tenham uma ligação muito forte com a terra.

Em sua maioria são japoneses e migrantes nordestinos os que moram em Vargem Bonita. Para as famílias de japoneses, a situação até que é mais «folgada» pois, além de possuírem os títulos de arrendamento das chácaras, são os beneficiários de todos os lucros advindos da comercialização da produção agrícola. Aos migrantes resta o trabalho mais duro. Para fazer jus a um salário mínimo e dispor de um barraco nos fundos da casa do patrão, os nordestinos exercem as mais variadas atividades: desde a labuta na terra, passando pela lida com os animais,

até servir de «babá»; tudo é possível.

ILUSAO

São diversificadas as culturas do núcleo. Ao lado das olerícolas — alface, cenoura, coentro e cebolinha — despontam os primeiros ramos de cafeeiros, o vermelho dos morangos, além de laranjas e tangerinas. Porém, não muito longe de tanta exuberância ilusória, há hectares e hectares de terras improdutivas, nas mãos de poucos — «proprietários»; no caso, japoneses e alguns brasileiros. E não apenas em Vargem Bonita, considerada área suburbana, como também nos demais núcleos rurais e colônias agrícolas existentes no DF, a história é sempre a mesma.

De novo, apenas o fato de que, em Brasília, diferentemente das demais regiões do país, o governo é o proprietário único dos solos rurais. A permissão para exploração dessas áreas é concedida através de um contrato de arrendamento feito com a Fundação Zoobotânica, válido por um prazo de 15 anos, e pelo qual se paga uma taxa anual de 5% do Maior Valor

Referência por hectare. Ao assinar o contrato, os futuros proprietários das benfeitorias comprometem-se a seguir o programa do Plano de Assentamento Dirigido traçado para aquele local. Para tanto contarão com assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Em tese, levando-se em conta a taxa irrisória — correspondente a metade do salário mínimo — qualquer cidadão estaria apto a arrendar áreas rurais. Mas plantar torna-se cada vez mais um investimento e como tal há que se recorrer aos créditos agrícolas, nem sempre acessíveis. Como explica Kiyoshi Ito, de uma das chácaras de Vargem Bonita: «Este ano não plantei cenoura porque precisa de muitos produtos químicos e o custo é muito alto». E, enquanto a sorte não chega, a vida prossegue em Vargem Bonita: os homens brigando entre si no jogo do pif-paf, as mulheres nos cultos da Assembléia de Deus e as crianças tentando soletrar as primeiras sílabas no precário Grupo Escolar local. (Eugênia Maria)



O CIENTISTA

Em entrevista exclusiva ao **Car**
Cardoso falou sobre sua condição de
também sobre o papel do estudante
da universidade brasileira. A reporta
to. Fotos de Marcelo Villares Coelho.

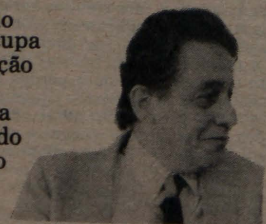
Campus — O senhor fez uma transição brilhante na sua carreira de intelectual — passou de cientista social e professor a senador. Como é isso de ser político?

Fernando Henrique — Não sei se é muito diferente de que era ser político antes. De qualquer maneira, para mim é uma surpresa. Por um lado alguns aspectos muito estimulantes e por outro lado uma decepção. Por que decepção? Eu acho que há uma rotina muito grande na política. O desgaste que essa rotina traz é enorme e você tem a sensação que nada anda. Está realmente dando nó em pingão d'água. E tem a sensação de que muito do que é importante, que a gente imagina que seja importante, que está preocupando a população, não penetra no mundo político. Por outro lado, a gente tem às vezes a sensação de que muita coisa que não é importante apasxona. Então isso é um pouco chocante. E claro que isso é uma reação subjetiva. Eu sabia de antemão que era assim. Mas uma coisa é saber lendo, e outra coisa é saber vivendo.

Campus — Então, o senhor chega à conclusão que está difícil ser político. É ser professor era fácil?

Fernando Henrique — Para mim sempre foi. Quer dizer, não do ponto de vista de carreira, pois fiz a carreira muito rapidamente. Fiz todos os títulos que eram necessários — mestrado, doutorado, docência e cátedra — e fui aposentado também muito rapidamente. Quando eu tinha 36 anos já era catedrático aposentado pelos militares. Então, do ângulo de carreira foi fácil. Agora, do ângulo intelectual é duro. Duro por que? Porque também a vida intelectual tem um aspecto que coincide com isso que eu disse da política, o aspecto da rotina intelectual, que existe, e que é maçante também. E a dificuldade que a gente tem é de como combinar esse trabalho persistente, trabalho realmente cansativo, com o trabalho de criação. Não é fácil combinar essas coisas. Uma boa

Muito do
que preocupa
a população
não
penetra
no mundo
político



parte dos intelectuais fica no meio do caminho, porque ficam só no trabalho

quase que repetitivo que a ciência tem e não fazem a criação. Então deste ângulo não é tão diferente da política também.

Campus — O senhor falou que foi praticamente forçado a abandonar as aulas. Se o senhor tivesse uma opção hoje, continuaria na política ou voltaria às Universidades?

Fernando Henrique — Não, eu posso voltar a dar aulas se quiser. Aliás, dou aula. No Brasil, não tenho hoje nenhuma atividade regular de ensino, mas na França sim. Todo ano dou aula na Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris. E ainda o ano passado, eu passei uma parte do tempo nos Estados Unidos, em Berkeley. Dei um curso regular lá. E aqui, embora não tenha atividade regular de ensino tenho atividade — o que não é a mesma coisa, mas é bastante intensa — de contato com os estudantes. Faço muita conferência, essa coisa toda. Hoje se não dou aula é por uma outra razão. E porque acho que pra você ser um professor docente, você tem que ter uma concentração no trabalho de professor. Então, como me oferecera várias vezes, agora mesmo na Universidade de Brasília gentilmente alguns professores me procuraram para saber se eu daria aula, eu disse que não daria. Porque eu acho que não tenho mais a disponibilidade de tempo e de espírito pra dar aula decentemente. Eu posso fazer uma conferência, eu posso ter, enfim, esse tipo de atividade que não exija rotina.

Campus — Quer dizer que definitivamente o senhor se incorporou à política?

Fernando Henrique — Bom; eu acredito que pelo menos por uma fase dos próximos anos sim. Não sei se definitivamente, é difícil a gente fazer esses julgamentos. E já a vida me ensinou que é melhor não ter muitos projetos a longo prazo, porque num país como o nosso a coisa varia muito. Mas eu não gostaria de deixar inteiramente a atividade intelectual eu não vou deixar, eu estou deixando a de ensino. A intelectual não, porque aí também a minha opção é essa, não dá para dar aula, ser dirigente partidário, ser senador e ainda produzir intelectualmente, então eu optei por continuar produzindo intelectualmente. Ainda este ano eu escrevi textos novos, já fui aos Estados Unidos apresentar um capítulo novo que eu escrevi para um livro sobre a redemocratização. Na verdade, agora neste mês de maio eu vou à Europa porque eu sou presidente da Associação Mundial de Sociologia. E vou fazer conferências, vou ter que estar em contato com os vários

grupos de trabalho de pesquisa que existem. Uma vez a cada dois anos se reúnem em grupos de pesquisa dessa associação e eu me lembro de todo mundo, e é interessante porque eu fico sabendo o que está acontecendo no mundo, em matéria de pesquisa.

Os estudantes
devem
soldar a
aliança da
classe média
com as classes
populares



Campus — Senador, ontem 4ª feira, (dia 4 de maio) na sua palestra aos sociólogos do DF o senhor disse que no Brasil era muito fácil dar aulas aos jovens, enquanto que nos Estados Unidos a coisa era mais difícil. Por que isso?

Fernando Henrique — O que eu disse foi o seguinte: eu acho que aqui no Brasil, apesar da imagem que muita gente tem de que a juventude é rebelde, a juventude não cobra tanto em outros países, talvez não cobra tanto quanto pudesse cobrar.

Campus — O senhor vê isso como algo atual ou sempre foi assim?

Fernando Henrique — Eu acho que sempre foi assim. Eu fui professor no outro tempo também, até era mais assim. E isso não tem nada a ver com o regime. A dura repressão, claro, é natural...

Campus — Quer dizer que é da própria índole?

Fernando Henrique — Não é da índole. É da estrutura da sociedade. Por quê? Porque aqui a competição ainda é pequena e, sendo pequena a competição, quem entra na universidade tem privilégio e tendo privilégios se acomoda aos privilégios. Aceita com mais naturalidade coisas que deviam ser postas em dúvida. Eu acho que com o tempo aqui também nós vamos ter uma juventude com um estado de espírito mais inquieto.

Campus — Senador, no passado os estudantes já tiveram uma grande força de mobilização a nível nacional. Qual a razão desse aparente imobilismo atual?

Fernando Henrique — Eu acho que são duas as causas principais. Por um lado, esse imobilismo não é só dos estudantes no Brasil de hoje. Eu acho que a sociedade civil está um pouco desconcertada. Não está sabendo encontrar os seus caminhos. Não são só os estudantes. Por outro lado, eu acho que isso se deve também a outras

causas mais relacionadas com a mudança ocorrida no Brasil. Por quê? Porque no passado o estudante falava pelo conjunto das classes oprimidas, já que havia poucos elementos das classes oprimidas capazes de falar. E havia menos organizações das classes oprimidas. Hoje há mais gente capaz de falar das próprias classes oprimidas. Há mais organização dessas classes. Então, essa condição de ventríloquo que o estudante tinha de falar pelo outro, diminuiu.

Campus — Quer dizer que a vez agora é dos sindicatos, dos partidos políticos e das associações?

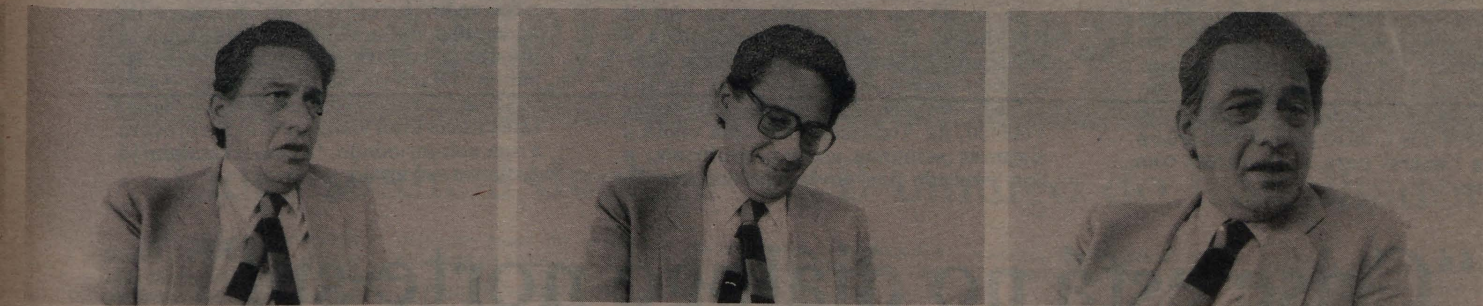
Fernando Henrique — Eu diria que não é exclusivo, mas a vez aumentou. Então, o estudante deve é falar, mas não falar como antigamente, onde eles englobavam tudo isso. Não é só no Brasil. Em vários países da América Latina era assim, a estudante era que fazia a grande crítica social, a demanda social. Agora, eu acho que tem o operário, como você disse aí, tem o homem que trabalha no campo, tem a associação de moradores, tem as comunidades de base, tem, enfim, muita coisa que mexe e o estudante se soma a isso. Mas, não fala por isso. Não substitui tudo isso.

Campus — De que forma a classe estudantil poderia contribuir no processo de redemocratização do país?

Fernando Henrique — Eu acho o seguinte: a classe estudantil — que você está chamando de classe — é em grande parte da classe média. Eu acho que num país como o Brasil a classe média tem uma função muito importante politicamente. Se não houver uma sólida aliança entre os interesses populares e a classe média não há mudanças sociais expressivas. E o risco maior que a classe média tem é de se aliar aos interesses dos poderosos. O que os estudantes podem fazer — já que pertencem à classe média e são os elementos inquietos dessa classe média — é evitar que haja essa soldagem entre a classe média e os interesses dos poderosos, dos grandes da empresa, dos grandes da burocracia e estejam presentes do lado oposto, quer dizer na soldagem de uma aliança com os setores populares. Eu acho que esse papel que o estudante possui é um papel importante e deve ser estimulado.

Campus — Como fazer isso, senador? Porque antes os estudantes tinham a UNE reconhecida legalmente, o que hoje não ocorre.

Fernando Henrique — Está certo. Eu acho que isso se faz. Eu não gosto de dar lição dessas coisas porque eu não sou estudante. Eu acho que vocês é que têm de encontrar o caminho por vocês mesmos,



E O POLÍTICO

Campus, o senador Fernando Henrique, cientista social e de político. Discorreu sobre a sociedade e sobre a burocratização. A imagem é de James Gama e Luiza Modesto.

como fazer. Mas, eu acho que basta olhar o que acontece com outros grupos onde também não há uma centralização. Eu acho que uma sociedade do tipo da nossa, você vai ter uma multiplicidade de pequenos movimentos, uma multiplicidade de pequenas demandas, muito mais do que propriamente uma centralização. A centralização é feita no plano político, são os partidos que fazem. Você vê que a UNE hoje, quando toma algumas teses gerais, são teses dos partidos. Não são teses da UNE. São teses dos partidos que a UNE leva, salvo, a coisa específica do estudante. Por isso, eu acho que é próprio da sociedade. Então, eu acredito que o que é importante hoje, é muito mais a existência de uma multiplicidade de ações estudantis e reivindicações concretas. O que é que eu chamo de reivindicações concretas? Bom, reivindicação concreta diz respeito à qualidade do ensino, diz respeito ao acesso da escola para os pobres, os que não têm recursos, diz respeito à orientação ideológica dos estudantes nas universidades, esse tipo de questão, que eu acho que tem que ser levantada com muita força. Para que? Para mudar e para aumentar a consciência

pequenas diferenças em divisores de água, coisas que não são substantivas. Então, eu acho muito ruim. Eu sou favorável, como já declarei tantas vezes, bem como na prática sempre fui, ao pluripartidarismo, mas eu não sou favorável ao sectarismo. Se a existência de um pluripartidarismo significar um sectarismo renascido, eu não vejo nenhuma vantagem neste tipo de pluripartidarismo perverso. Eu acho que ao contrário, nós temos que buscar meios de encontrar um sistema de alianças com partidos, com o PT, PDT também. Eu não vejo a mínima razão para que não se faça um programa mínimo de transformação no Brasil. Como é que fizeram na França, na Espanha, em toda a parte, um programa de amadurecimento político, não é? É claro que há diferença entre os partidos, mas essas diferenças não podem ser muito lógicas e essenciais porque quando são pessoas que estão do mesmo lado, todos sendo vozes de interesses sociais, facilitam o jogo dos que estão do outro lado. E eu acho que eu mesmo, como presidente que sou do PMDB de São Paulo, como senador, faço uma política claramente oposta a isso. Quer dizer, eu estou sempre procurando os outros partidos, eu faço palestras quando sei que a audiência é PT e não faço isso por outra razão, não; é porque eu acredito que tenho que fazer.

Campus — O senhor falou em audiência do PT. O que se nota é que existe uma certa simpatia no meio estudantil pelo Partido dos Trabalhadores, não refletida na prática, nas eleições. Como é que o senhor vê isso?

Fernando Henrique — E natural que o meio estudantil fique naturalmente excitado por idéias generosas e a proposta do PT aparecia com uma idéia generosa. E natural que assim seja. Agora você disse uma verdade: nem o movimento estudantil é controlado pelos grupos ligados ao PT, nem as organizações estudantis são, nem o voto estudantil é. A massa de voto estudantil foi PMDB. Para não falar do voto do trabalhador, que foi maciçamente PMDB. Bem, mas eu acho natural, isso acontece em toda parte do mundo. Na França, por exemplo, quando criaram o PSU — Partido Socialista Unificado — houve o mesmo fenômeno. Mais tarde, o PSU se incorporou ao Partido Socialista Francês. Por quê? Porque perceberam que não tinham consistência política para poder levar adiante uma prática realmente transformadora isoladamente e porque era um fenômeno de grande entusiasmo de intelectualidade, dos estudantes e de pe-

quena receptividade nas classes populares, que sentem que não basta ter idéias generosas, é preciso ter poder, é preciso somar forças. Então se soma aos partidos que têm mais condição de durabilidade.

Campus — Senador, como é que o senhor vê a situação das universidades brasileiras?

Fernando Henrique — Bom, eu estou, como disse a você, afastado das universidades na prática, no cotidiano. Mas eu vejo com muita preocupação. Porque eu acho que a universidade está mordida por um germe muito perigoso, um micróbio muito perigoso, que é a burocratização. A universidade passou a ser um local onde as pessoas desenvolvem tarefas mais ou menos rotineiras e onde aquilo que é fundamental, que é a relação direta do professor com o aluno, pesa menos nas decisões. As decisões são todas tomadas por cúpulas burocráticas e transformam o professor, por força negra de participar de várias comissões, disso, daquilo e daquilo outro, num funcionário. E o professor tem de entender de regulamentos, de passar boa parte da sua vida metido em assuntos que não são propriamente os assuntos da relação professor-aluno. Eu nisso sou bastante, eu não diria tradicional, porque não se trata disso, mas, eu acho que a coisa fundamental é a relação aluno-professor. Eu acho que nada substitui isso. A universidade tem que ser pensada a partir deste núcleo fundamental e não a partir do que ela é pensada hoje das instituições paralelas. A universidade tem televisão, a universidade tem serviço médico, a universidade tem serviço de esporte, tem uma porção de coisas que eu acho que deve ter mesmo, mas, acontece que isso predominou na vida da universidade. Os orçamentos são sobrecarregados. Não há uma capacidade de lutar por orçamentos para aquilo que é essencial, que é a pesquisa.

Campus — O senhor acha que a universidade acompanhou o processo de abertura?

Educação de massa: mobilização da sociedade e não uso de um meio frio.

Fernando Henrique — Bom, eu acho que ela acompanhou no começo com ênfase

e depois um pouco a reboque. Hoje ela está um pouco a reboque.

Campus — Senador, como é que o senhor vê o modelo da UnB de universidade-empresa? O senhor acha que é o ideal?

Fernando Henrique — Não, eu não acho. Eu acho que isso aí justamente deturpa essa relação, que eu disse a você, direta, entre aluno e professor e dá à universidade funções que a meu ver não são as funções fundamentais. Funções que são importantes pra outro setor da vida da sociedade, mas, não para a universidade. Eu vejo, também, com preocupação, porque é uma falsa concepção do que é a universidade americana. Ela não é isso. Na universidade americana, a relação aluno-professor é fundamental.

Campus — Senador, o senhor ao ler o título da entrevista que o Lula concedeu ao Campus, afirmou: «Como é bom não ter a responsabilidade de saber». Por quê?

Fernando Henrique — Porque o Lula disse aqui que o desemprego se resolve com a reforma agrária. Resolve, mas não a curto prazo; leva décadas. E para acabar o problema do desemprego como esse que nós temos, não é por aí.

Campus — Senador, como é que o senhor observa esses projetos de educação em massa, promovidos no Brasil?

Fernando Henrique — Bom, eu acho que nós vamos ter que enfrentar realmente uma informação de massa. Então, o que eu disse a respeito da relação aluno-professor não pode obstaculizar uma compreensão de que a educação num país como o nosso é um problema de massa. Nós vamos ter que ter realmente outras técnicas de emprego educacionais. Eu acho que isso é uma coisa que vai ter que ser enfrentada. Mas, eu acho que tinha quer ser feita na base da mobilização da sociedade, muito mais do que na base de um meio frio. Não se faz uma transformação social imobilizando. A massa que vai ser educada tem que ser mobilizada, muito mais do que ocorre quando ela se sujeita passivamente ao que recebe pelas técnicas educacionais.

Campus — A teleducação seria, então...

Fernando Henrique — Eu acho que faz parte da educação de uma sociedade moderna, mas corre esse risco, se não houver ao mesmo tempo mobilização...

Campus — Mas, e a questão do monopólio?

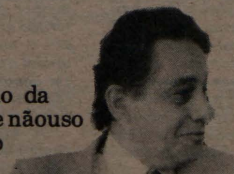
Fernando Henrique — O monopólio tem riscos de um autoritarismo, tem riscos de uma ideologia totalitária.

A universidade foi contaminada pelo germe da burocratização.

social sobre as dificuldades. E pra fazer essa soldagem da classe média com a classe popular.

Campus — O senhor falou na influência das teses dos partidos políticos no meio estudantil. O que tem ocorrido é que toda vez que se promove um debate, há uma nítida divisão entre os que apóiam o PMDB e o PT. Isso é bom?

Fernando Henrique — Eu acho isso muito ruim. Você que assistiu ontem à minha palestra, viu que eu nunca faço esse tipo de colocação, de divisão. Porque ela é falsa, porque ela tem a ver com os interesses privados dos grupos de partidos. Privados de gente do PMDB ou de gente do PT, que não tem nada a ver com o interesse da sociedade. A sociedade requer outra coisa. A sociedade requer primeiro, que aqueles que têm consciência das dificuldades se unam, que há problemas centrais e respeito dos quais, não há diferenças tão grandes. Então as pessoas acabam buscando pequenas diferenças e transformando as

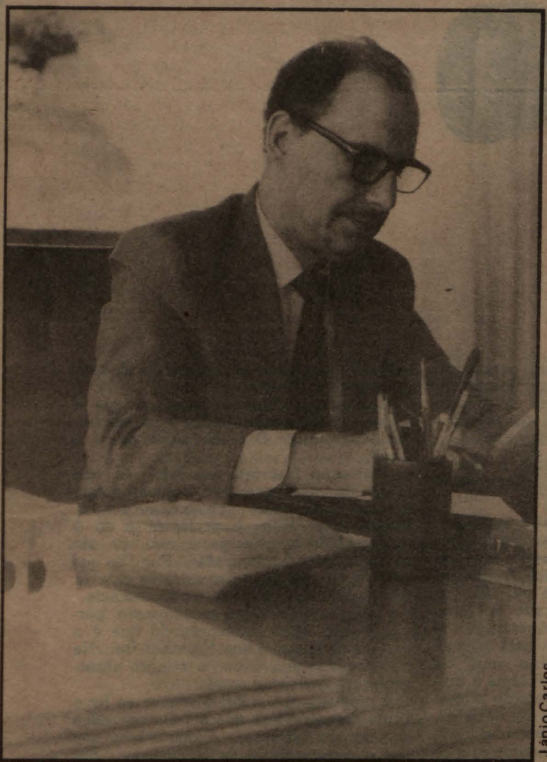


Nas próximas semanas, o Grupo de Contadora inicia novas investidas para obter a solução pacífica na América Central. Seguindo um roteiro definido na sua última reunião — quinta-feira, 12 — os chanceleres dos quatro países visitarão a América Central para se reunirem com seus pares.

As visitas deverão ter início em maio, a partir do dia 27, quando visitarão El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua. Essas atividades têm conseguido angariar o apoio de alguns países europeus. Tanto é que o chanceler Velasco, da Venezuela, fez uma visita a algumas semanas atrás e confirmou a boa vontade dos soviéticos em relação

aos esforços do Grupo, além das manifestações favoráveis da França e da Alemanha Federal. Outro país que está prestes a confirmar seu apoio é a Espanha. Dia 3 de junho próximo, o primeiro-ministro espanhol Felipe Gonzales inicia uma visita ao México e levará a sua solidariedade. O Brasil também já declarou seu apoio.

“Crise está no diálogo norte-sul”



Jânio Carlos

De Icaza: “As soluções negociadas enfrentam cegueira perigosa”.

Os Estados Unidos querem, e a cada dia aumentam mais a pressão para isso, realizar a intervenção militar na Nicarágua. Seja por meios explícitos ou por outros. O importante é que se refreie o que eles consideram uma ameaça à sua integridade territorial: “Uma plataforma militar soviética no quintal norte-americano”.

O Grupo de Contadora, composto pela Colômbia, Panamá, México e Venezuela, recebeu recentemente o apoio oficial brasileiro e é a grande esperança para uma solução pacífica, em oposição à proposta norte-americana. No momento em que os chanceleres desses quatro países estarão visitando no final de maio a América Central para examinarem de perto a área do conflito, o Campus recolheu algumas informações junto aos participantes do Grupo de Contadora. Um deles é o México, cujo embaixador, Antônio Icaza, no Brasil, nos deu uma entrevista durante a semana passada.

Campus — Como foram as relações do México com a Nicarágua nos tempos de Somoza?

AI — A política exterior do México é constante e coerente. Sua pedra angular é o princípio de não intervenção e a autodeterminação dos povos. Por isso, há um esforço para manter relações de amizade e cooperação com todos os países do

mundo, independente de suas estruturas internas. A única exceção a esse universalismo consiste no caso dos regimes que são produtos de intervenção estrangeira. Mas na realidade não é uma exceção e sim uma atitude coerente com nossa defesa do princípio de não intervenção. Sendo assim nossas relações com o governo de Somoza foram normais. Ele fez, inclusive, uma visita oficial ao México em 1971 e após o terremoto que destruiu Manágua em dezembro de 72 demos uma ajuda considerável em víveres, materiais, construção de escolas, remoção de escombros. Sem dúvida, durante a guerra civil que assolou a Nicarágua, o grau de repressão das forças somozistas chegou a níveis intoleráveis, praticamente de genocídio, violando as normas básicas dos Direitos Humanos. Essa relação somada ao sofrimento do povo nicaraguense, obrigou o governo mexicano a romper relações diplomáticas com a Nicarágua, mas que foram restabelecidas com o atual governo.

Campus — Que crédito o México tem dado às denúncias feitas pelos Estados Unidos a respeito da presença cubana na região do conflito?

AI — De fato existem técnicos cubanos na Nicarágua. Mas quanto à presença deles em El Salvador ainda não existem provas.

Campus — E quanto à

presença norte-americana e argentina?

AI — A respeito do envolvimento da Argentina, as informações são contraditórias. E quanto aos Estados Unidos, basta ler os próprios jornais norte-americanos, os debates no Congresso e o fato de que seu governo não tem negado sua ingerência militar na região.

Campus — Por que as tentativas de diálogo para resolver a crise centro-americana pacificamente ainda não deu certo?

AI — O problema principal parece ser uma visão maniqueísta arcaica do mundo contemporâneo. Segundo esta visão, a perda de influência de uma potência na região, ou em um país do Terceiro Mundo, beneficia necessariamente a outra potência. Deste ponto de vista, todo esforço para reduzir a dependência se encaixa no conflito Leste-Oeste. E esse esforço deve ser frustrado — se necessário, por via militar — de preferência, indireta. Embora esse critério perdure e não se admita a realidade contemporânea de um mundo policêntrico, as soluções negociadas enfrentam uma cegueira tenaz e perigosa. Sendo assim, o principal obstáculo ao diálogo consiste na insistência em definir a crise dentro do conflito Leste-Oeste, quando se trata de uma crise de estruturas internas e externas do conflito Norte-Sul. (Jânio Carlos Nazareth)

Paz, dois caminhos sinuosos

“O importante é evitar que a América Central se torne cenário da disputa entre os blocos. Numa disputa leste-oeste”. Assim o embaixador da Venezuela, Ildegar Pérez Segnini, definiu o principal objetivo do Grupo de Contadora. Evitar a disputa entre esses blocos tem dificultado inclusive o andamento das negociações.

A Nicarágua se manifestou favorável a negociações bilaterais ou multilaterais a nível de Nações Unidas. O país, segundo o embaixador da Nicarágua, Ernesto Gutierrez, teria preferência por soluções nas quais ocorressem um equilíbrio entre as posições envolvidas no conflito. Isso para Ernesto Gutierrez, somente seria possível a nível bilateral ou de ONU em que países neutros atuariam como juízes da questão.

A posição hondurenha difere em muito da posição adotada pelo país vizinho. Para honduras seria interessante

negociar dentro de organizações centro-americanas ou na OEA. A razão disso é encontrada nas alianças realizadas na região. Desde janeiro de 82, El Salvador, Honduras e Costa Rica passaram a constituir a Comunidade Democrática Centro-Americana. Além disso Honduras conta com o apoio dos Estados Unidos. Nesta situação seria difícil imaginar uma solução que não representasse os interesses hondurenhos.

O Grupo de Contadora diante destas colocações conflitivas tem procurado adotar uma estratégia que satisfaça a ambos. Neste sentido Ernesto Gutierrez declarou que a ONU participaria através de Perez de Cuellar juntamente com o Grupo e os países em conflito. Seria uma maneira de trazer a mediação das Nações Unidas à soluções regionais, sem encaminhar o problema a nível mundial.

Esta proposta parece coincidir com a opinião do em-

baixador venezuelano. Para Ildegar Pérez-Segnini, as negociações multilaterais são mais indicadas para resolver a questão pois nelas podem ser conduzidas, paralelamente, acordos bilaterais. Já o inverso dificilmente se verifica.

A perturbação da paz na América Central, como se vê, é fruto não de rixas internas mas de conflitos mais amplos em que se envolvem os norte-americanos e russos na defesa de seus interesses. A questão é tão delicada que os países latino-americanos têm se limitado a assistir o desenrolar das negociações. O exemplo melhor disso é a iniciativa do Grupo de Contadora que conta, até o momento, com o apoio oficial apenas de Peru e Brasil. Os demais países ainda mantêm um certo distanciamento.

ATRITOS

A negação do intervencionismo exterior motivada talvez pelo receio de um conflito das duas potências em território centro-americano,

aliada a esforços de negociações pacíficas para as questões locais é a razão de existência do Grupo de Contadora. Contudo, existem também divergências dentro do grupo, como é o caso de El Salvador. O México reconhece a legitimidade da guerrilha naquele país e a Venezuela tem uma posição oposta, de apoio às instituições criadas, já que os guerrilheiros recusaram-se a participar das eleições e em seguida boicotaram seus resultados.

Nun âmbito mais amplo, embora não menos direto, está o posicionamento norte-americano quanto às questões da América Central. Para os Estados Unidos, esta área tem importância estratégica do ponto de vista militar. “Os americanos erraram muitas vezes em seu enfoque do problema centro-americano. Erraram no caso cubano e podem estar se equivocando com a análise do problema nicaraguense”, afirmou o em-

baixador, respondendo uma indagação referente ao corte nas importações do açúcar nicaraguense por parte dos Estados Unidos. Contudo, no que se refere à ajuda militar a países da América Central Pérez-Segnini justifica que “os Estados Unidos têm evoluído em sua mentalidade de apoio às ditaduras. Ultimamente, fazem ativas campanhas em defesa dos direitos humanos”. Acrescenta ele que a democracia norte-americana é completa e as atitudes parlamentares são mais orientadas pelas opiniões do eleitorado do que pelas próprias diretrizes do partido.

“Muitos países confiam — inclusive o Brasil — que a solução vem do Grupo de Contadora”, diz Segnini. Mas o fato é que as questões são delicadas e será necessário muito esforço para conciliar todos os interesses e pacificar todas as divergências na América Central. (Humberto Martins e Sandra Fernandes)

ACORDO PTB-PDS

Líder sindical declara PTB inimigo do trabalhador

«A aliança política entre o PTB e o PDS é uma traição para com o trabalhador e veio confirmar ainda mais o papel de linha auxiliar do governo desempenhado pelo partido da deputada Ivete Vargas». A opinião é do representante da Frente Intersindical de Brasília e presidente da Associação dos Vigilantes do DF, Francisco Domingos dos Santos. Para ele, o PTB acabou entregando ao governo a maioria na Câmara que o povo não deu nas eleições. Desta forma, «fica provado que apesar do discurso oposicionista o PTB é um partido a serviço do governo e não dos interesses do tra-

balhador como diz a deputada Ivete Vargas».

Para Francisco, os termos do acordo, provam que o PTB não possuía o poder de barganha que vinha sendo «badalado» pela imprensa. De acordo com o líder sindical, o que Ivete conseguiu para o trabalhador é «muito pouco» diante do que o PTB apregoava. Assim, como está colocado, o acordo beneficia mesmo é o PDS que com a maioria na Câmara poderá aprovar os projetos que só interessam ao governo.

Francisco não acredita que a aliança parlamentar possa trazer grandes be-

nefícios ao trabalhador. Segundo ele, «Ivete não tem compromisso com o trabalhador». A prova disso é que o Decreto-lei 2.012, que regula os índices de reajuste salarial, deverá ser aprovado, pois o PDS dependia da aliança com o PTB para conseguir a aprovação. Fica então caracterizado o papel «entreguista do partido de Ivete Vargas». Por outro lado, Francisco avalia que mesmo não passando na Câmara, o decreto-lei já prejudicou o trabalhador, pois o governo não devolverá os 10% sobre o INPC que foram subtraídos do seu

salário desde que o mesmo passou a vigorar.

SERVIDOR PÚBLICO

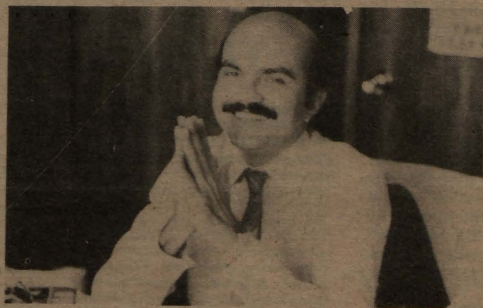
Para Guidhi Carneiro, porta-voz da Federação dos Servidores Públicos de Brasília, o «PTB não se comprometeu diante da liderança da classe» em conseguir os 50% de reajuste que a imprensa tem divulgado. Afirma ainda, que a deputada Ivete Vargas não deixou claro que seu partido lutaria pela rejeição do Decreto 1984 que estipula os níveis de reajuste do servidor. No seu ponto de vista, a aliança política PTB/PDS visa em

última análise desenvolver «clima para garantir eleições presidenciais indiretas em 85 e manter a atual política econômica».

No que diz respeito à representatividade do PTB como partido trabalhista, Guidhi disse que na sua opinião pessoal continua a faltar aos partidos políticos brasileiros uma «maior participação social» já que no momento não passam de meros «partidos burocráticos». Acrescentou ainda que, na prática, o PTB não tem demonstrado compromisso com o trabalhador. (Paulenir Constâncio)

Congresso dividido

O líder do PT, Ayrton Soares (foto) declarou ao Campus que a aliança do PTB ao PDS, trai o compromisso oposicionista. E considerou o pacto social um blefe para justificar sua adesão.



O vice-líder do PDS, deputado Celso Barros, encara o acordo com o PTB, como o anúncio de uma nova era. Já o senador Nelson Carneiro (foto), condena os interesses puramente fisiológicos.

Prática parlamentar ou conchavo espúrio?

O líder do PT na Câmara, deputado Ayrton Soares, considera o acordo PTB/PDS um «conchavo espúrio» que não visa a nenhum interesse popular e muito menos trabalhista. Para o deputado paulista as principais reivindicações do PTB — oferta e garantia de emprego — não passam de um blefe da presidente do partido, Ivete Vargas, que, na realidade, procura apenas justificar sua adesão fisiológica ao Governo.

Ayrton Soares também considera que o acordo não prevê qualquer solução salarial para os trabalhadores e muito menos solução para os altos índices de desemprego, explicando que a retirada dos 10% no cálculo de fixação de salários para aqueles que ganham até três salários faz com que a situação dos trabalhadores se complique ainda mais. Afinal, mais de 50% da classe trabalhadora no país sustenta salários nessa faixa.

CETICISMO

O líder do PT não acredita que as reivindicações do PTB na área institucional sejam facilmente atendidas, pois, conforme afirma, outras reivindicações nesse plano, como a anistia, o pluripartidarismo e a extinção do AI-5, jamais foram produtos de negociações reais e

diretas entre oposição e governo e sim de pressões populares que se tornaram inadiáveis para o regime. Ayrton Soares somente vê alguma possibilidade de avanço político para os trabalhadores se eles se organizarem, discutirem e repercutirem seu consenso político para o regime militar para que este então promova alterações dinâmicas de governo.

O líder petista compara a adesão do PTB ao PDS com a que já ocorrera antes quando deputados do antigo MDB paulista aderiram à extinta ARENA à época do governo Paulo Maluf. O parlamentar lembra que Maluf facilmente conseguiu contornar o problema da minoria parlamentar do governo na Assembleia Estadual aliciando vários deputados do MDB, conseguindo então maioria. Para ele os deputados do MDB traíram o compromisso oposicionista ao filiarem-se ao partido do governo, o mesmo ocorrendo com o PTB. O parlamentar sintetiza seu posicionamento frente à questão declarando que não só o PTB adere fisiologicamente ao governo — ajudando o PDS a aprovar inúmeros projetos contrários aos interesses do povo — mas também se descaracteriza integralmente como partido político. (Marcelo Gonçalves Vieira).

O vice-líder do governo, deputado Celso Barros (PDS-PI), explicou o acordo PTB-PDS como a única maneira que o partido do governo tem de levar a efeito uma política que possa superar a crise atual do país e ao mesmo tempo viabilizar projetos que atendam às necessidades reais do povo brasileiro.

O deputado Celso Barros afirmou ao Campus que as concessões que o PDS fez «são concessões normais na vida partidária e não implicam absolutamente no enfraquecimento do partido e nem tampouco atribuem ao PTB um poder tão grande que venha a sufocar a própria política da legenda situacionista». Acrescentou o vice-líder que as reivindicações apresentadas pelos petebistas são justas, mas também são excessivas. «Elas abrangem todo o quadro de reivindicações que, de certa forma, se contrapõem aos projetos já delineados pelo governo».

LEITÃO

O vice-líder governista interpretou a frase «estamos vivendo um novo começo», proferida pelo ministro Leitão de Abreu quando da efetivação do acordo, como o anúncio de uma nova época vivida pela política brasileira, «já que há algum

tempo nem se cogitava na idéia do partido do governo aliar-se a um partido de oposição».

Celso Barros admitiu haver alguns pedessistas descontentes com o acordo PTB-PDS. Porém, acredita que esses descontentamentos são pessoais e devem ser encorados com naturalidade nessa fase preliminar do acordo. «Os descontentamentos deverão de ceder em face ao interesse maior do partido».

CARNEIRO

Assim como o parlamentar piauiense, o senador Nelson Carneiro (PTB-RJ) encarou o acordo entre o seu partido e o do governo sem maiores surpresas. Na sua opinião, é natural haver coligação entre partidos em países pluripartidaristas. Citou o exemplo recente do Partido Socialista Português, que aliou-se ao Partido Social-Democrata com o objetivo de obter maioria no Parlamento.

O senador petebista deixou claro que não é elogiável uma coligação partidária que vise apenas conseguir «lugares fisiológicos». Acrescentou que se o PDS acolher as reivindicações feitas por Ivete Vargas, a aliança PTB-PDS terá grandes repercussões na classe trabalhadora do país. (Luiza Modesto)

É o monopólio oficial que dirige a cultura candanga

Brasília não vive uma inércia cultural como os grandes jornais e revistas do rio e São Paulo tentam fazer crer. Aos 23 anos, ela é uma cidade com características próprias e, portanto, seu processo de aculturação difere dos demais.

Antes de se criticar a cultura de Brasília, deve-se ver algumas características fundamentais indispensáveis para o bom entendimento do comportamento de sua população: ela é formada, em sua maioria, por migrantes. Somente agora tem sua primeira geração adulta e, devido aos poucos anos de existência, ainda está iniciando seu processo de identificação comum. Um processo dificultado pela imagem vendida pelos jornais e revistas sobre «o que é» a cultura de Brasília.

A distribuição e manutenção dos espaços culturais são, curiosamente, os maiores problemas da área cultural. E em Brasília que se encontra concentrado o maior número de auditórios do país. Basta lembrar que todos os ministérios e autarquias dispõem de auditórios, os mais bem equipados e, no entanto, ociosos. Os espaços, mais especificamente aqueles voltados para as atividades culturais — como o teatro e o cinema — estão nas mãos da Fundação Cultural, ou seja, são monopólio oficial. Isto cria uma certa dependência no que se refere às produções culturais locais, que têm que obedecer a critérios específicos determinados por quem os mantém. Além do mais, praticamente todas as salas de espetáculos estão localizadas na Asa Sul.

ESPAÇOS INDEPENDENTES

Contra todos esses problemas trabalha uma classe pequena, mas que poderia ser bem maior caso houvesse uma consciência generalizada da importância de se criar uma cultura própria da cidade.

Foi dessa necessidade de se criar algo em Brasília que nasceram os espaços independentes, como o Teatro Garagem, do SESC, muito comprometido com a divulgação da produção local; o Teatro da ABO, gerido pela Candango Promoções Artísticas e que aparece como o mais importante palco para a exibição da cultura de Brasília; o Teatro do Colégio Alvorada, o primeiro localizado na Asa Norte; e o Cinema da Cultura Inglesa, que aparece como a Sala de Projeções de melhor programação cinematográfica da cidade, além de servir de palco para discussões sobre o cinema.

Essas manifestações não são casos isolados na história da capital. Para Maria Duarte, que acaba de lançar o livro «A Educação Pela Arte — O Caso Brasília», «foram importantes iniciativas como a Feira de Arte de Brasília, o Cabeças e o CUCA, todos de iniciativa particular que expressavam a necessidade latente da comunidade, em se criar alguma coisa que atendessem aos anseios de discussão e exteriorização da expressão artística». Mas, como todo o espaço da cidade está em mãos oficiais, essas manifestações independentes sentiram a pressão e a dificuldade de se firmarem com todos os seus propósitos. «É impossível você arcar, so-

zinho, durante muito tempo, com todas as despesas que um trabalho como o realizado por Neio Lúcio, na Cabeças, patrocinando shows mensais, tardes dedicadas às artes plásticas e uma excursão com show pelas quadras para incitar a criação de uma organização comunitária voltada para a arte local», acrescenta Maria Duarte.

OMONOPÓLIO OFICIAL

O papel do monopólio oficial na cultura brasileira se mostra completamente incoerente, na medida em que só apóia espetáculos que lhe interessa, relegando a segundo plano a produção local. Nesse ponto, Maria Duarte é bem clara ao afirmar que «faltando promoção, incentivo às montagens da cidade, o público não vai ao espetáculo; não tendo público, não se tem renda; e não se tendo renda não se pode fazer uma produção decente. Então, as coisas ficam sempre no amadorismo. Os atores e os músicos, não tendo como se profissionalizar, quando não vão embora da cidade, ficam aqui trabalhando quixotesicamente, ou seja, por um ideal que parece inatingível».

Maria Duarte acredita que o problema da arte em Brasília, não está apenas no público que ainda não descobriu essa faceta artística da cidade: «Ele está, fundamentalmente, no comportamento conservador dos órgãos responsáveis pela organização e distribuição da cultura na cidade. Brasília deve ser vista como uma cidade de concepção única, com formas próprias de manifestações culturais que não se encontram em cidades convencionais. (Cristina Gutemberg)



Cortesia Jose

Maria Duarte: «É importante incentivar a cultura independente».

Tigipió: o retrato de um estado de carência

Em 1918, o Coronel Cesário e sua filha estão fazendo chapéu de palha, manualmente. Mas a palha está quebradiça. A seca prolongada — começou em 1915 — tornou assim. Do homem próspero, o Coronel Cesário só guarda o passado. A alternativa é a frente de trabalho, a vida diária no sol a sol. Chegam os homens do governo e suas estranhas máquinas de medir chão. E o Coronel Cesário, em sua vivaz, já não tem mais a filha. Ela agora pertence ao topógrafo, o «Engenheiro» que, ironicamente, encarregou-se de dar continuidade à família do Coronel Cesário.

A estória acontece em Buquieirão, interior do Ceará, e foi baseada em um conto de Herman Lima, verdadeiro em parte, escrito em 1924. Acuada entre a seca, a miséria e a honra, o Coronel Cesário dará o desfecho trágico do roteiro de Pedro Jorge de Castro, professor do Departamento de Comunicação da UnB. O roteiro de Tigipió foi aprovado pela Embrafilme, de quem receberá financiamento parcial. O restante está sendo patrocinado pela Transbrasil, Universidade Federal

do Ceará, Brahma e o Deputado Paulo Lustosa, entre outros.

RELAÇÕES HUMANAS

Para Pedro Jorge seu filme não explora a miséria da seca. «Tigipió mostra as relações pessoais afetadas pelo estado de carência da região. Não só no aspecto econômico, como no sócio-histórico-ecológico. Não há uma preocupação direta com a crítica social, ela é uma consequência da situação», afirma.

A proposta de Pedro Jorge é de produção cultural. Entretanto, a idealização do roteiro fluiu independentemente de qualquer outro aspecto. «Tigipió» foi o primeiro livro lido por ele e o marcou profundamente. Quando decidiu fazer o roteiro, Pedro Jorge foi conversar com Herman Lima, no Rio de Janeiro, que entusiasmou-se com a ideia. Mas, logo no início dos trabalhos, o escritor faleceu.

No elenco do filme estão Tânia Alves, B. de Paiva, Zé Drumond, Roberto Bonfim e «muita gente do Ceará». As filmagens deverão ser iniciadas em agosto, contando, dessa forma, com apenas dois meses de pré-produção (Idelson Alan)

Produtores estrangeiros ameaçam cinema nacional

O cinema nacional está mais uma vez ameaçado por produtores estrangeiros. Esta foi a revelação feita por Claudio Pinto, assessor de Imprensa da Embrafilme, durante sua visita a Brasília, no início do mês. Três produtoras estrangeiras — a Gaumont, a Cinema Internacional Corporation e a Hawaii — conseguiram uma liminar junto à Justiça Federal, que revoga a obrigatoriedade de exibição de 140 filmes nacionais por ano em circuitos comerciais, sugerindo um limite de apenas 28 dias. Ou seja, os filmes nacionais que tinham um espaço assegurado de quatro meses e meio, passariam a ter menos de um.

Mas a Embrafilme, em sua reunião extraordinária, realizada no último mês de abril,

decidiu não aceitar essa situação, «pois isso seria fatal para o cinema brasileiro», desabafou Claudio Pinto. «O cinema nacional está sendo muito bem recebido no exterior e no Brasil. Para se ter uma ideia, no ano de 82, a Embrafilme teve pela primeira vez em sua história um saldo positivo de 400 mil cruzeiros». Claudio acrescenta ainda que «isso é a forma mais clara de invasão cultural e também uma tentativa de descaracterização de tudo o que foi conseguido por nós que lutamos pelo cinema brasileiro».

CONTRADIÇÃO

Com a revogação da lei dos 140 dias, os beneficiários diretos, além das distribuidoras estrangeiras, ficarão sendo os exibidores, que

alegam perder muito dinheiro devido ao não comparecimento do público com a exibição de filmes nacionais.

Mas parece haver uma contradição nisso, já que só o filme «Saltimbancos Trapalhões», realizado no ano passado, levou cerca de seis milhões de pessoas ao cinema. Este fato mostra o interesse do público pelo cinema nacional, livre de preconceitos e de críticas que normalmente não deveriam ser feitas.

O que deve ser feito não é diminuir os dias de exibição dos filmes nacionais, pura e simplesmente. Deve-se, isto sim, exigir que os exibidores, antes de pensarem no lucro, pensem que o público é capaz de distinguir entre um bom e um mau filme, seja ele nacional ou não. (Ieda Prestes)

Agenda

EXPOSIÇÃO

- Milton Ribeiro (Pinturas) — «Os 25 anos da fase do pequeno arquiteto». Galeria Oswaldo Goeldi (Funarte). De 26 de maio a 13 de junho.
- Leda Watson (gravuras) — na ECT Galeria de Arte até o dia 24. Horário de funcionamento: de terça a sexta das 9 às 19 horas.
- Nildão (cartuns) — a partir de 24 de maio. Galeria Funarte — Sala Nair de Teffé.

SHOW

- Continua em cartaz o show «A Dança dos Signos» do cantor e compositor Oswaldo Montenegro. Os ingressos custam, de terça a quinta-feira, Cr\$ 1.500,00. Sábado, Cr\$ 2.000,00. Sempre às 21 horas.
- Gadelha Neto — apresentará-se de 19 a 22 de maio na Sala Funarte, sempre às 21 horas. Ingressos: Cr\$ 500,00.

- Jane Düboc — show dentro da Série Independentes, da Sala Funarte. De 26 a 29 de maio, às 21 horas. Ingressos: Cr\$ 500,00.

CINEMA

Programa da Sala Le Corbusier para o mês de maio:
Dias 18, 19 e 22 «Morrer em Madrid», Documentário de Frédéric Rossif. Censura livre.
Dias 25, 26 e 29: «Corações Loucos». Filme de Bertrand Blier, com Jeanne Moreau. Censura 18 anos.

Ambos os filmes têm legendas em português. A entrada é franca.

TEATRO

A peça «Besame Mucho», dirigida por Hugo Rodas, vem fazendo o maior sucesso. Ela pode ser vista até 22 de maio no teatro Galpão, sempre às 21 horas.

“O hormônio já existe, porém custa mais de 25 mil cruzeiros a ampola. Se as pesquisas do professor Barbosa da Cruz derem certo, (e estão dando), muitas crianças poderão resolver distúrbios de crescimento a um preço oito vezes menor.”

Medicamento raro ficará mais acessível a todos

Um novo recurso para tratamento de grandes queimaduras, politraumatismos e úlceras gástricas e, ao mesmo tempo uma solução para as crianças com distúrbios do crescimento, está surgindo no laboratório de Bioquímica da UnB. Não se trata de medicamento novo. O que o laboratório está desenvolvendo é uma tecnologia absolutamente inédita para possibilitar a produção em larga escala do hormônio do crescimento — um medicamento já existente, porém fora do alcance da população devido à sua escassez e alto preço.

Este hormônio estimula o crescimento porque favorece a síntese de proteínas pelo organismo. Pelo mesmo processo ele pode ajudar em todos os casos que dependam de um suprimento extra de proteínas para cicatrização e reconstrução dos tecidos orgânicos.

Até agora no entanto, este medicamento não chega a beneficiar sequer seus principais necessitados — as vítimas de distúrbios do crescimento. Isso porque ele é importado e custa 25 mil cruzeiros a ampola.

A produção atual do laboratório, embora pequena e artesanal, já mostra o benefício que pode trazer o esforço de produção de medicamentos dentro do país. Cada ampola está saindo a 3 mil cruzeiros, preço

oito vezes menor que o produto importado.

Os hormônios são um elemento extremamente importante no organismo humano. Mas os laboratórios enfrentam grandes obstáculos para sua produção por causa do método ainda em uso em todo o mundo de extrairlos a partir de órgãos humanos coletados em institutos de medicina legal. Isso não é suficiente por três razões principais: Primeiro, as questões de ética médica e as restrições legais que impossibilitam quase totalmente a coleta de órgãos. Segundo, ainda que não existisse esta dificuldade, pode-se imaginar a complexidade do esquema necessário para se coordenar a coleta, conservação e distribuição dos órgãos em todo o país. Depois, é preciso pensar que todo esse esforço significa, ao fim do processo, 4 a 5 miligramas de hormônio por cada glândula obtida.

PRODUZIR HORMONIOS

Assim, compreende-se que vários países estejam à procura de um meio de contornar estes problemas e incrementar a produção de extratos glandulares sem utilizar diretamente as glândulas secretoras. No Brasil, a solução vai sair do laboratório de Bioquímica da UnB: o professor Waldenor Barbosa da Cruz está desenvolvendo um método para solucionar estes problemas e pos-

sibilitar à indústria nacional produzir hormônios em grandes quantidades e a custo mais baixo.

O projeto está formulado em duas grandes etapas. A primeira é aproveitar a metodologia atualmente em uso de extração a partir de órgãos humanos, e aumentar a produção que vem sendo feita no laboratório em convênio com a CEME. Esta produção possibilitou estender-se o uso do medicamento a pacientes que jamais poderiam arcar com os custos do remédio importado.

O sucesso desta primeira etapa depende da aprovação pelo Congresso de um projeto encaminhado pela Presidência da República que altera a legislação e facilita a coleta de órgãos humanos.

A outra etapa é o ponto mais vital e inovador do projeto. Trata-se de fazer as células produzirem o hormônio em laboratório, o quanto se queira e por tempo indeterminado. Estas são células muito especiais, cujo processo de geração foi criado pelos cientistas. Na sua criação e manutenção fora de organismo vivo, está a chave para o problema da escassez de extratos glandulares.

A nova tecnologia se resume na geração de células híbridas, obtidas com o casamento de células extraídas de tecido normal, com outras extraídas de tumores hipofisários. Essa união deverá gerar uma li-

nhagem de células estáveis, quer dizer, capazes de viverem e se multiplicarem em laboratório. São chamadas híbridomas, e enquanto crescem e se multiplicam, produzem o extrato celular do qual será retirado o hormônio. A partir desse método, a produção de hormônios não dependerá mais da quantidade de glândulas obtidas. Está dado o primeiro passo para a produção em maior escala e a custo ainda mais baixo.

O mesmo processo está sendo aplicado na produção de insulina a partir de híbridomas do pâncreas. Isto será muito bom para os diabéticos. E animadora a perspectiva de trocar a insulina de origem animal que eles recebem atualmente, por insulina de origem humana.

Um aspecto interessante neste caso é que o tumor hipofisário, indispensável na formação das células especiais, é um caso raro na medicina. Por isto os hospitais em todo o país já estão avisados, e quando extraem um tumor destes, entram em contato com o laboratório. O professor está disposto a realizar viagem e ir buscar o precioso material onde estiver. Isto confirma o valor que adquiriu uma coisinha um pouco maior do que um grão de arroz e que acarreta à sua vítima uma delicadíssima cirurgia. O professor esclarece que o desejo de todos é que as pessoas vivam saudáveis e felizes, mas se isso não ocorre e a causa é um

tumor, ele pode e deve ser utilizado para a ampliação do número de células especiais em constante desenvolvimento, a produzir o precioso hormônio.

A CORRIDA

“Se não partirmos agora para a tecnologia do híbridoma, em poucos anos será tarde demais. A extração de hormônio diretamente dos órgãos está se tornando obsoleta em todo o mundo com a perspectiva desta nova tecnologia. Em cinco anos, poderemos ter mais um produto estrangeiro dominando a nossa indústria farmacêutica, e aí não se consegue mais nem pensar em trabalhar nisso”, declara o professor Waldenor, para quem este é um dos grandes méritos do seu trabalho: antecipar a indústria nacional na introdução de um novo medicamento.

Apoiado a princípio pela Central de Medicamentos (CEME) e agora pelo Ministério da Saúde através da Secretaria de Ciência e Tecnologia — o laboratório já está produzindo o hormônio como consequência dos trabalhos de pesquisa. Toda a produção é entregue à CEME, que cuida da sua distribuição.

Quando o projeto estiver concluído e a metodologia suficientemente descrita, será entregue à uma firma nacional para sua industrialização. (Sheila Perru).

Depois de dez anos, os resultados

O crescimento de uma pessoa, assim como tudo o que diz respeito ao corpo humano, tem uma explicação, uma história. Seja boa ou ruim. E para quem sofra na carne as consequências de uma deficiência orgânica qualquer, a esperança maior está nos avanços da ciência e suas descobertas. Na UnB, o não-crescimento de “nanicos hipofisários” é objeto de estudos há dez anos, na área de Ciências Biológicas, onde inúmeros casos foram acompanhados e resolvidos.

O professor Waldenor Barbosa da Cruz, do Departamento de Biologia Celular, é quem coordena os estudos sobre “Hormônios do Crescimento”. Ele fala com entusiasmo do seu trabalho: “Essa pesquisa apresenta três etapas distintas. A primeira foi eventual. Eu pertencia ao Departamento de Medicina Especializada desde o meu ingresso na UnB, há 15 anos. Desenvolvia na época um trabalho sobre receptores de hormônios sexuais no cérebro”.

Naquela ocasião, o professor Waldenor foi procurado pelo pai de uma anã para resolver o problema de sua filha, com base em tratamento hormonal. Ele lembra que não tinha toda a experiência necessária em relação ao assunto: “Mas, mesmo assim resolvi preparar o hormônio não existente no Brasil, caríssimo devido à sua importação e raro no mundo todo. Fiz trabalhos prévios e atingi o objetivo principal: o desenvolvimento da anã”. O pesquisador passou en-

tão a se preocupar com a transformação do conhecimento já existente em uso médico imediato na sociedade. “Em 1974, me transferei para o Departamento de Biologia Celular. Utilizei no início métodos de literatura já aplicada, constatando que eles só permitiam obter 40 a 50% do hormônio de crescimento encontrado na hipófise. Surgiu então a ideia de se elaborar um método mais eficaz. Começa assim uma etapa seguinte do projeto”.

CONVENIO

Entre 1976 e 78 é realizado convênio entre a Fundação Universidade de Brasília e a Central de Medicamentos (CEME), permitindo uma evolução nos trabalhos. Atualmente, o método aplicado retira da hipófise mais de 90% de hormônio, podendo ainda essa tecnologia ser transferida para a produção industrial. Para isso, entretanto, diz o professor Waldenor, é necessária a aprovação de projeto de lei em tramitação no Congresso sobre coleta de órgãos humanos. Assunto geralmente controverso devido aos problemas éticos e às próprias dificuldades da coleta em cadáveres.

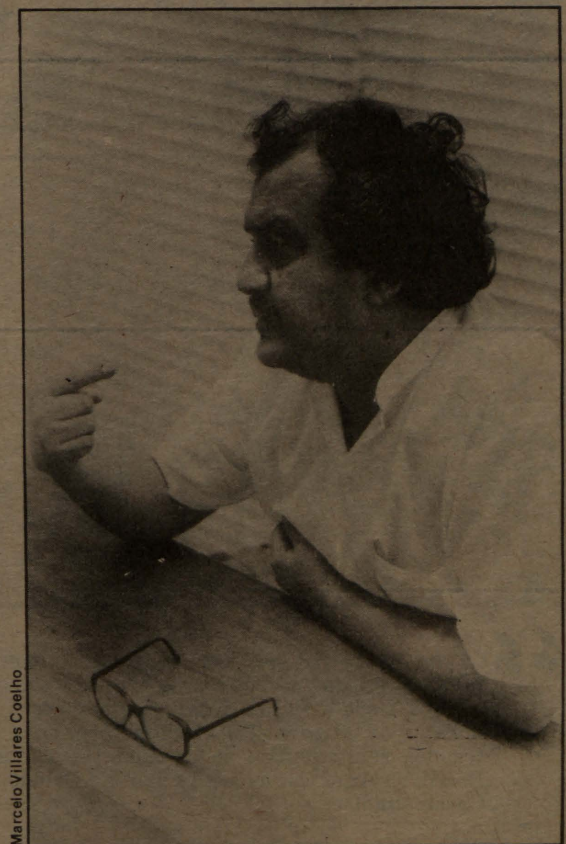
Procurando eliminar esses problemas, parte-se agora em 1983, para obtenção de células não naturais (híbridomas) a partir da fusão de outras células. Ter-se-á então o hormônio de crescimento em maior escala, e, por acréscimo, a insulina humana para o tratamento da diabete. Neste sentido, in-

clusivo, já foi estabelecido convênio com o Ministério da Saúde.

A exemplo de outros projetos, as dificuldades relacionadas com a pesquisa sobre “hormônios de crescimento” também são um reflexo das próprias dificuldades do país, afirma o professor Waldenor. “A nível departamental o que necessitamos é uma melhor estrutura financeira para obtenção de material importado, uma melhor infra-estrutura de manutenção de equipamentos, e a contratação de pessoal especializado”.

Apesar das dificuldades e das limitações existentes na produção do hormônio, as perspectivas são de que em quatro ou cinco anos o projeto seja mais acessível à população, por ser um processo de investigação, os resultados não são tão imediatos, mas é bem possível a obtenção das híbridomas para acabar com a crise de hormônios e produzir insulina suficiente para o tratamento da diabete.

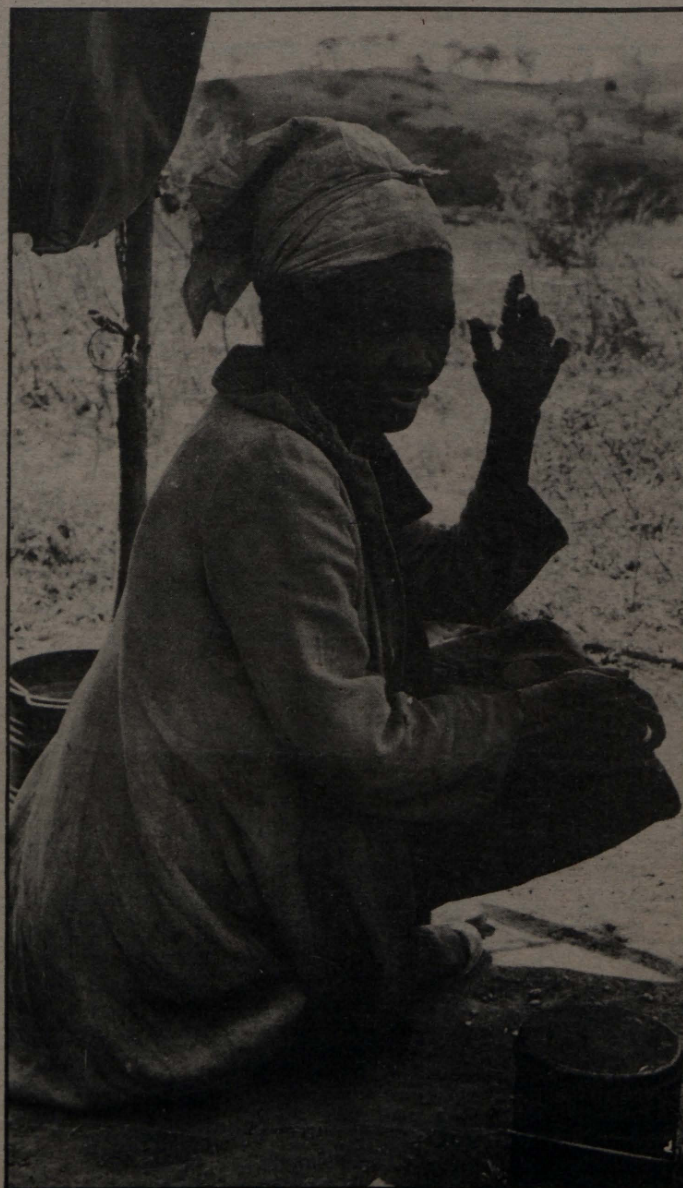
Finalizando, o professor Waldenor ressalta que, “como se sabe, a quantidade da produção hormonal é dependente do número de hipófises coletáveis. E somente duas portas abrem caminho para a independência: obtenção das híbridomas e a evolução das técnicas da engenharia genética. Infelizmente, no momento, não há ainda nenhuma utilização prática dessas duas tecnologias, que estão em fase de elaboração”. (Luiz Roberto Nader)



Marcelo Villares Coelho

Barbosa da Cruz: “Se não começarmos agora, será tarde demais”.

13 de maio



“ Em nome de um deus supostamente branco e colonizador, que nações cristãs têm adorado como se fosse o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, milhões de Negros vêm sendo submetidos, durante séculos, à escravidão, ao desespero e à morte. No Brasil, na América, na África mãe, no Mundo. (Pedro Casaldáliga) ”

Luiza Venturelli